

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

COORDENAÇÃO MACROECONÔMICA E COMÉRCIO BILATERAL

BRASIL-ARGENTINA

Daniela Alonso Fontes

Nº de matrícula; 9614275

Orientador: Dionísio Dias Carneiro

Novembro de 1999

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

COORDENAÇÃO MACROECONÔMICA E COMÉRCIO BILATERAL

BRASIL-ARGENTINA

Daniela Alonso Fontes

Nº de matrícula; 9614275

Orientador: Dionísio Dias Carneiro

Novembro de 1999

Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor.

Daniela Alonso Fontes

As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor.

Dedico esta monografía a Daniel Alonso.

ÍNDICE

I.	INTRODUÇÃO.....	6
II.	1991: O INÍCIO.....	9
III.	O CRESCIMENTO DO COMÉRCIO BILATERAL.....	15
IV.	CRISES.....	24
V.	CONCLUSÃO.....	26
VI.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	28

ÍNDICE DE TABELAS

Inflação.....	13
Taxa de Câmbio Brasileira.....	13
Taxa de Desemprego Aberto.....	14
Balança Comercial Bilateral Brasil-Argentina (1992.I a 1994.III).....	15
Variação do PIB Real (Abr-jun/90 a Abr-jun/94).....	16
Balança Comercial Bilateral Brasil-Argentina (1994.IV a 1997.IV).....	19
Variação do PIB Real (Mai-set/94 a Out-dez/98).....	16
Balança Comercial Bilateral Brasil-Argentina (Anual 1991-1998).....	21
Exportação Brasileira.....	21
Exportação Argentina.....	22
Balança Comercial Argentina Total.....	22
Balança Comercial Brasileira Total.....	23
Balança Comercial Bilateral Brasil-Argentina (1997.I a 1999.II).....	24

I. INTRODUÇÃO

O Brasil é o principal parceiro comercial da Argentina. Ela exportou para o Brasil, em 1998, 30,3% do total de suas exportações. E neste mesmo ano, a Argentina importou do Brasil 22,6%, aproximadamente, do total de sua importação. Entre estes dois países encontramos grandes diferenças e incríveis semelhanças. Apesar de no Brasil falar-se um idioma distinto, o português, e não espanhol, falado no resto da América Latina, e da alta rivalidade existente entre argentinos e brasileiros, principalmente no futebol, Argentina e Brasil são os membros de maior peso de um mesmo bloco econômico, o MERCOSUL.

A continuidade deste bloco depende necessariamente da concordância entre a Argentina e o Brasil. O MERCOSUL, formado também pelo Paraguai e pelo Uruguai, iniciou-se como uma área de livre comércio e caminha para tornar-se uma união aduaneira. Seu objetivo, a integração, vinha aumentando cada vez mais, o que poderia vir a resultar, futuramente, em uma união monetária. Após janeiro de 1999, com o início do segundo Governo Fernando Henrique Cardoso, no Brasil, e a desvalorização do real, consequência do abandono da âncora cambial, um “relacionamento” que já não era simples, complicou-se ainda mais.

A Argentina, sentindo-se fortemente afetada com tal desvalorização, exigiu medidas compensatórias. A adoção de salvaguardas que fixam cotas para a importação

de produtos têxteis levantou inúmeras questões quanto a capacidade do MERCOSUL de sobreviver a problemas conjunturais. Mesmo depois que a Organização Mundial de Comércio recomendou que a Argentina suspendesse as medidas, elas foram mantidas. E apesar da evidência de mudanças políticas, uma vez que o candidato da oposição venceu as eleições de outubro de 1999, ainda é duvidoso o rumo que será tomado quanto a esta divergência político-econômica. A falta de sincronização macroeconômica e o contágio de choques e crises são, portanto, debatidos repetitivamente.

Os países passam por fases de crescimento seguidas por fases de recessão. A este movimento é dado o nome de ciclo econômico. A convergência das situações macroeconômicas dos países membros do MERCOSUL vem sendo apontada como essencial para o sucesso, e a não interrupção do bloco. Estando ambos os países numa mesma posição de seus ciclos econômicos, acredita-se que seriam afetados de forma semelhante por choques externos e poderiam reagir com políticas conjuntas, ajudando-se mutuamente e não prejudicando o outro ainda mais. Uma política econômica adotada beneficiaria, então a ambos.

Tal idéia, porém, parece não considerar que mesmo em situações bastante semelhantes, outras características, que diferenciam os dois países, são fortes o suficiente para que, mesmo com seus ciclos harmonizados, eles sofram impactos de forma distinta. No entanto é importante que se verifique se, pelo menos nesta última década, após a criação do MERCOSUL, que indica um esforço de integração, Argentina e Brasil intensificaram seu comércio, ou seja, viveram “dias mais prósperos” como parceiros comerciais quando seus ciclos econômicos estavam mais sincronizados.

Para a análise do comércio é preciso levar em conta não somente o saldo da balança comercial bilateral, que indica em que sentido as exportações são maiores, mas

também o total do fluxo comercial bilateral, que indica se o comércio aumentou ou diminuiu entre os dois países em questão. Comparando os dados bilaterais com os totais podemos perceber, por exemplo, como se comportou a participação da Argentina no total das exportações brasileiras. Isto porque uma diminuição no comércio bilateral pode ser consequência de uma redução do comércio como um todo. Mesmo isto acontecendo seria possível que a Argentina estivesse importando, relativamente, mais do Brasil.

As diferentes variáveis macroeconômicas têm comportamentos diversos em relação ao ciclo econômico. Elas podem ser pró-cíclicas, ou seja, tem seu valor aumentado em expansões e diminuídos em recessões, anti-cíclicas, quando se comportam no sentido contrário, ou acíclicas, quando não acompanham o ciclo em nenhum dos dois sentidos, não seguindo movimento semelhante. Além disso, elas se diferem pelo fato de poderem ser antecedentes, coincidentes ou defasadas. Isto significa que seu movimento, independente de ser pró ou anti-cíclico, pode ocorrer antes, ao mesmo tempo ou depois do movimento do ciclo em si.

Levando em conta a característica de cada variável, é possível utilizar não somente o produto, mas também outras variáveis para medir em que posição do ciclo cada país se encontra e, assim, comparar se as posições são semelhantes.

II. 1991: O INÍCIO

Em 26 de março de 1991, os presidentes do Brasil e da Argentina assinaram, junto com os presidentes do Paraguai e do Uruguai, o Tratado de Assunção. Este estabeleceu o Mercado Comum do Sul, MERCOSUL. O Brasil é o país de maior economia e maior território do bloco, seguido pela Argentina, em ambos os aspectos.

O mercado comum, ou seja, a livre circulação de bens, serviços, capital e mão-de-obra, não foi efetivado com tal Tratado, mas apenas quase quatro anos mais tarde, e mesmo assim, ainda com a existência de exceções. Em sua criação, já havia a idéia de coordenação de políticas macroeconômicas, o que pode ser percebido no texto do Tratado: "A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, doravante denominados "Estados Partes";

Considerando que a ampliação das atuais dimensões de seus mercados nacionais, através da integração, constitui condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social;

Entendendo que esse objetivo deve ser alcançado mediante o aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis, a preservação do meio ambiente, o melhoramento das interconexões físicas, a coordenação de políticas macroeconômicas da

complementação dos diferentes setores da economia, com base nos princípios de gradualidade, flexibilidade e equilíbrio; (...);

Reafirmando sua vontade política de deixar estabelecidas as bases para uma união cada vez mais estreita entre seus povos, com a finalidade de alcançar os objetivos supramencionados”.¹

A coordenação de políticas macroeconômicas tem o objetivo de minimizar os efeitos de choques externos. Se o Brasil, por exemplo, sofre devido a algum choque externo, e é preciso agir de forma que o efeito de tal choque seja eliminado, ou pelo menos minimizado, é possível, e até provável, que esta ação, mesmo que extremamente necessária para o Brasil, prejudique a Argentina. Isto ocorre pois como é facilmente percebido as economias do Brasil e da Argentina estão interligadas, sendo que a segunda pode ser vista como em posição desfavorável. Isto porque os efeitos de políticas brasileiras na Argentina são maiores do que os de políticas argentinas no Brasil, uma vez que a Argentina representa para o Brasil pouco mais de 10% de seu comércio exterior, sendo os Estados Unidos o principal parceiro comercial brasileiro. Já o Brasil representa para a Argentina mais do que 25% de seu comércio exterior, sendo seu principal parceiro.

A política monetária, apresenta efeito direto no comércio bilateral Brasil-Argentina. Variações na taxa de câmbio real, via preços ou câmbio nominal, afetam o fluxo de comércio. O aumento dos preços domésticos ou a valorização da moeda doméstica (diminuição da taxa de câmbio nominal) levam a um aumento das importações neste país. Mudanças na taxa de câmbio real podem mudar a direção do

1 Tratado de Assunção, 26/03/1991.

saldo comercial, fazendo com que um país superavitário em sua balança passe a ser deficitário.

A incerteza quanto às decisões de políticas pode levar ao protecionismo ou à opção de voltar-se para o mercado interno. É portanto menor o ganho no comércio entre dois países onde um não sabe o que esperar quanto ao curso das medidas políticas a serem tomadas pelo outro. O MERCOSUL, porém, como seu próprio propósito deixa claro, caminha na direção de eliminar qualquer tipo de barreira protecionista.

Outro importante acontecimento do ano de 1991, que também serve como sinal de que algo novo se iniciava, foi o Plan de Convertibilidad. Em abril deste ano, foi lançado, na Argentina, um plano de estabilização. Este plano, além de fixar o câmbio em um peso por um dólar e tornar a moeda argentina conversível por lei, ou seja, o Banco Central argentino ficou obrigado a vender qualquer quantidade de divisas demandadas por tal preço, visava uma reforma estrutural.

Para ser sempre possível a conversão, uma vez que a taxa de câmbio estava fixa, a emissão de moeda passou a ficar restrita pelas reservas internacionais. Os gastos públicos deixaram de ser financiados por emissões e a inflação foi, portanto, contida. Contratos indexados foram proibidos e em moeda estrangeira permitidos.

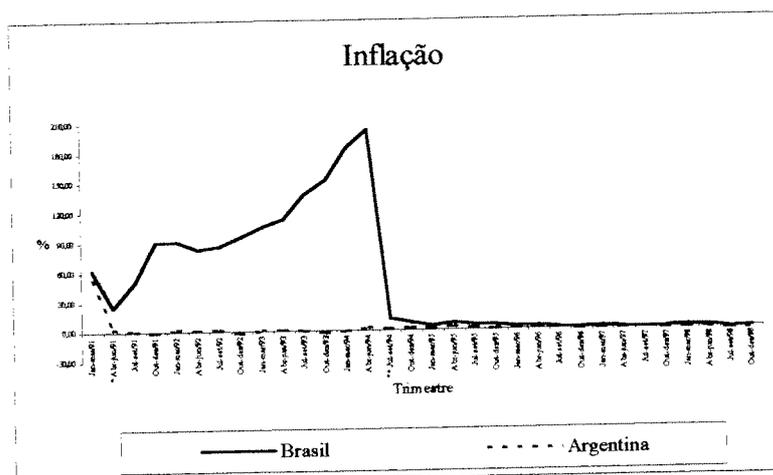
A reforma estrutural foi feita através de privatizações, abertura comercial e desregulamentação. A abertura comercial, redução de tarifas e eliminação da maioria das restrições não-tarifárias, exerceu pressão sobre os preços de bens comercializáveis, não havendo qualquer tipo de controle de preços por parte do governo.

O plano foi favorecido pela queda dos juros internacionais, o que ajudou a equilibrar as contas públicas, pela renegociação da dívida externa e pela entrada de capitais privados, decorrente da recessão vivida pelos países industrializados. Houve, portanto um aumento da demanda agregada, do produto e das importações. A economia foi reativada.

A taxa de câmbio argentina, depois de fixada a paridade e apesar de aparentemente elevada, não podia ser corrigida com uma desvalorização do peso. A desconfiança em relação à seriedade do plano podia ser fatal. Como não havia ocorrido um aumento de produtividade que precedesse a valorização cambial através de aumento de investimentos, foi preciso ter tal aumento de produtividade como objetivo. O setor externo não seria uma fonte eterna de financiamento. Além disso era preciso, também, diminuir custos. Para isto, deu-se início a uma desregulamentação do mercado de trabalho e dos setores de serviços, e reestruturou-se o sistema tributário.

Em 1991, o Brasil exportou para a Argentina US\$1.476 milhões e importou US\$1.615 milhões, tendo um saldo negativo de US\$139 milhões. O que representou 4,67% e 7,68%, respectivamente, dos totais exportado e importado pelo Brasil.

No caso do Brasil e da Argentina, surgem alguns problemas quanto a análise de diferentes variáveis para medir em que posição do ciclo econômico estes dois países se encontram. A inflação, por exemplo, que costuma ter comportamento pró-cíclico e defasado, é um dos principais alvos dos dois planos econômicos, Real e de Convertibilidad. Portanto observando seu comportamento percebemos uma forte queda após a implantação dos planos. Nestes casos, então, as economias não são claramente representadas por taxas de inflação.



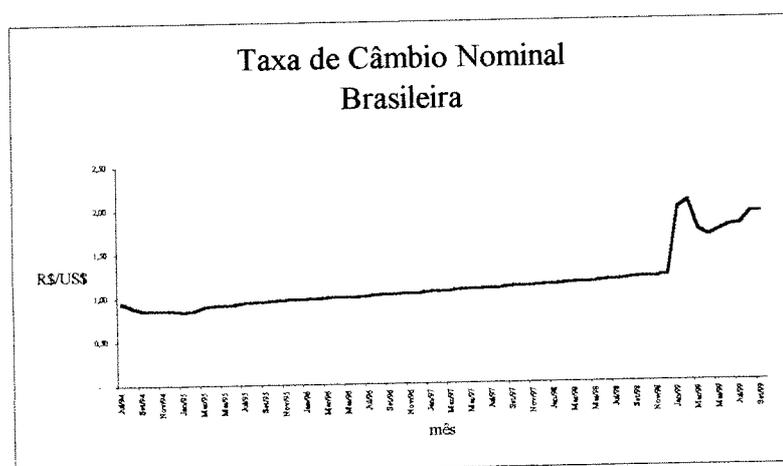
* Plan de Convertibilidad

** Plano Real

Fonte: CEPAL, sobre dados do INDEC (Argentina-Índice de Precios Mayoristas) e IBGE (Brasil-Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

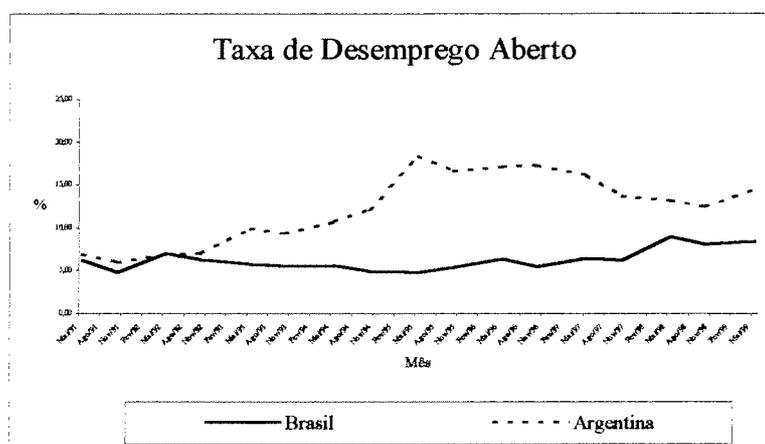
obs: taxas de crescimento entre os meses finais de cada período.

A taxa de câmbio nominal argentina permanece fixada ao dólar no valor de um para um desde 1991. As variações da taxa de câmbio nominal bilateral dizem respeito às variações nominais da taxa de câmbio brasileira. Porém após o Plano Real a taxa de câmbio nominal do real em relação ao dólar permaneceu estável, uma vez que o Plano utilizou-se de âncora cambial até janeiro de 1999.



Fonte: Banco Central do Brasil

A taxa de desemprego argentina é medida e divulgada somente nos meses de maio e outubro. Isto diminui consideravelmente o número de observações e impossibilita a construção de taxas de variação relativas a desemprego trimestrais. O desemprego na Argentina, assim como no Brasil é um sério problema, que com o controle da inflação se tornou maior. O desemprego tem um comportamento anti-cíclico.



Fontes: INDEC (Argentina) e IBGE (Brasil).

obs: taxas dos meses de maio e outubro.

III. O CRESCIMENTO DO COMÉRCIO BILATERAL

Nos anos que se compreenderam entre os planos argentino e brasileiro, houve uma inversão do saldo da balança comercial bilateral. Do primeiro trimestre de 1992 até o terceiro de 1994, inclusive, o saldo brasileiro foi positivo. A taxa de câmbio argentina, aparentemente sobrevalorizada em relação à moeda brasileira e o aumento da demanda por importações, consequência do plano, parecem ter sido as responsáveis.

Balança Comercial Bilateral Brasil-Argentina

US\$ FOB

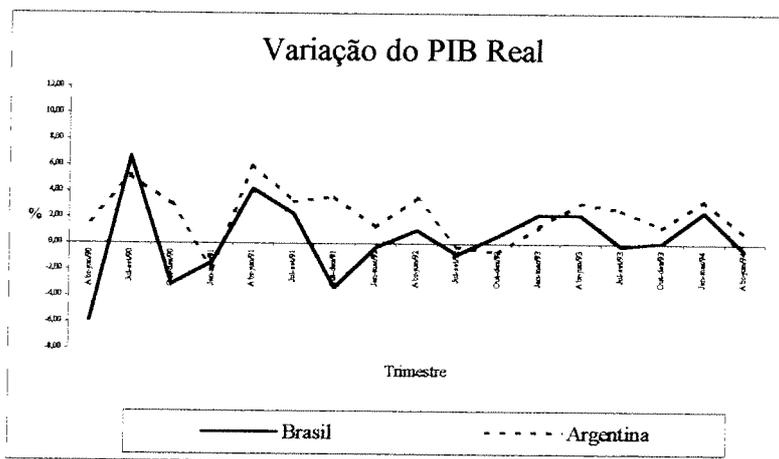
Trimestre	Exportação	Importação	Saldo	Intercâmbio
1992.I	543.918.773	302.278.566	241.640.207	846.197.339
1992.II	699.196.052	353.570.862	345.625.190	1.052.766.914
1992.III	889.782.158	452.475.909	437.306.249	1.342.258.067
1992.IV	907.086.815	623.300.145	283.786.670	1.530.386.960
1993.I	803.878.104	566.149.636	237.728.468	1.370.027.740
1993.II	752.213.201	678.176.416	74.036.785	1.430.389.617
1993.III	1.043.652.132	731.922.873	311.729.259	1.775.575.005
1993.IV	1.059.035.820	682.428.930	376.606.890	1.741.464.750
1994.I	891.411.538	634.009.272	257.402.266	1.525.420.810
1994.II	1.015.740.692	746.928.783	268.811.909	1.762.669.475
1994.III	1.160.726.501	909.063.340	251.663.161	2.069.789.841

Fonte: MDICE/SECEX/Sistema ALICE.

Nestes anos, as variações dos Produtos Internos Brutos reais (PIBs) do Brasil e da Argentina tiveram um comportamento curioso. Quando a variação do PIB tem um movimento ascendente, significa que a economia está em expansão. Ela assim

permanece até atingir o pico, ponto máximo, e começar a declinar. O declínio corresponde a recessão, que só termina quando alcança o vale, ponto mais baixo, e começa a crescer novamente. O PIB é um indicador pró-cíclico e coincidente do ciclo econômico.

Nos trimestres julho-setembro de 90, abril-junho de 91, abril-junho de 92, abril-junho de 93 e janeiro-março de 94 as duas economias se encontravam, juntas, nos respectivos picos de seus ciclos econômicos. Porém as maiores variações negativas não ocorreram ao mesmo tempo. O Brasil encontrou-se no vale de seu ciclo nos semestres outubro-dezembro de 90, outubro-dezembro de 91, julho-setembro de 92 e julho-setembro de 93. Enquanto a Argentina chegava ao ponto mais baixo um trimestre depois, ou seja, janeiro-março de 91, janeiro-março de 92, outubro-dezembro de 92 e outubro-dezembro de 93.



Fontes: CEPAL (Argentina) e IBGE (Brasil)

obs: PIBs com ajuste sazonal. Argentina-a preços de 86.

Em primeiro de julho de 1994, o Brasil troca, pela terceira vez apenas nesta década, de moeda. A nova moeda, o real, é parte de mais plano econômico, o Plano Real. Já no final de 1993 o plano foi introduzido.

O Plano, assim como o Plan de Convertibilidad, na Argentina, visava a estabilização da economia. O combate à inflação, um dos maiores problemas que afetavam ambos os países antes de seus respectivos planos era o principal alvo. Diferente da Argentina, o Brasil não tinha sua economia dolarizada, mas mesmo assim, pensava-se os preços em moeda norte-americana. A URV, por ser uma unidade de valor, foi responsável pela restituição da noção de preços relativos.

Após a fase de transição a URV foi substituída pelo real, com a inflação já sob controle. A política monetária era apertada. E a política cambial consistia-se numa taxa de câmbio flutuante com um limite máximo de um real para um dólar. Somente após a Crise do México (dezembro de 1994), a política cambial foi flexibilizada. Adotou-se, então, em março de 1995 um regime de bandas cambiais.

Além da reforma monetária, o Plano tinha como objetivo a abertura da economia, ou seja, liberalização comercial e nova política externa. A liberalização comercial, iniciada em 1991, teve mais fortes impactos a partir de 1994. A abertura, assim como na Argentina, provocou pressão sobre os preços dos bens competitivos com os importados. Estes últimos de alta qualidade. Portanto diminuiu-se a capacidade de firmas oligopolistas de ditar preços, diminuindo as suas margens de lucro. Houve transferência de tecnologia, via importação de insumos e bens de capital e aumento de produtividade.

O terceiro objetivo do Plano, era o ajuste fiscal. Antes da estabilização o déficit fiscal era financiado pela inflação. Antes da contenção da inflação, o chamado “Efeito Tanzi ao contrário” criava ilusão de equilíbrio fiscal. Os gastos eram adiados e, portanto, corroídos pela inflação. Com o Plano Real o déficit passou a ser financiado por dívida. Este financiamento via dívida não é sustentável, o que só confirma a importância do ajuste. O processo de privatizações, iniciado em 1990, continuou. Mas para a resolução do problema fiscal era também necessário que fossem feitas reformas, administrativa, da previdência e tributária.

A questão da coordenação de políticas macroeconômicas no aspecto fiscal só se torna importante quando levantada a questão de união monetária. Tanto Brasil quanto Argentina precisam andar em direção a uma situação de equilíbrio fiscal, mas sendo este um objetivo da política interna.

Em dezembro de 1994, logo antes de uma data bastante importante para o MERCOSUL, o México entrou em crise. A Crise Mexicana teve seus efeitos estendidos a outros países da América Latina, inclusive Brasil e Argentina.

Somados a crise política, explicitada no assassinato do candidato à presidência mexicana, o aumento das taxas de juros norte-americanas, o baixo crescimento da economia, a deterioração do balanço de pagamentos, o impacto recessivo, a queda dos investimentos e a fragilidade do sistema financeiro, o México não conseguiu manter sua política cambial e desvalorizou sua moeda, o peso. A desconfiança, já comprovada, na estabilidade fez com que os investidores “fugissem” do país. A desconfiança se espalhou refletindo-se nos mercados emergentes em geral. O Brasil teve sua perda de reservas intensificada e precisou, então, adotar o novo regime cambial.

Em 1º de janeiro de 1995, entrou em vigor, como já havia sido determinado anteriormente, a Tarifa Externa Comum, TEC. Esta padronizou as tarifas externas, implementando uma união aduaneira. A TEC abrange 85% do total de produtos comercializados e varia entre 0 e 20%. Foram mantidas, porém exceções, que deverão ser extintas em 2001. Os bens de capital e da indústria de telecomunicações e informática não foram incluídos na TEC, mas deverão fazer parte desta até 2006. Junto com a união aduaneira passou a existir, efetivamente, um mercado comum, mas também com exceções, que serão eliminadas até o ano 2000.

Também a partir desta data, 1º de janeiro de 1995, deixam de ser permitidas ações de salvaguarda de um país membro contra outro também membro do MERCOSUL: “Em nenhum caso a aplicação de cláusulas de salvaguarda poderá estender-se além de 31 de dezembro de 1994”.² O Anexo IV do Tratado de Assunção determina, em concordância com o Artigo XIX do GATT (General Agreement on Tariffs and Trade), que quando for necessário proteger certo setor de economia

Balança Comercial Bilateral Brasil-Argentina

US\$ FOB

Trimestre	Exportação	Importação	Saldo	Intercâmbio
1994.IV	1.067.985.621	1.371.964.610	-303.978.989	2.439.950.231
1995.I	1.002.495.290	1.332.074.757	-329.579.467	2.334.570.047
1995.II	1.004.645.850	1.651.420.711	-646.774.861	2.656.066.561
1995.III	1.008.620.776	1.292.181.023	-283.560.247	2.300.801.799
1995.IV	1.025.373.961	1.315.716.251	-290.342.290	2.341.090.212
1996.I	977.957.115	1.468.032.861	-490.075.746	2.445.989.976
1996.II	1.294.692.050	1.587.267.470	-292.575.420	2.881.959.520
1996.III	1.511.410.745	1.776.670.435	-265.259.690	3.288.081.180
1996.IV	1.385.971.705	1.973.495.847	-587.524.142	3.359.467.552
1997.I	1.329.407.782	1.585.584.425	-256.176.643	2.914.992.207
1997.II	1.649.177.533	2.074.196.260	-425.018.727	3.723.373.793
1997.III	1.883.247.128	2.217.436.829	-334.189.701	4.100.683.957
1997.IV	1.905.444.754	2.155.173.061	-249.728.307	4.060.617.815

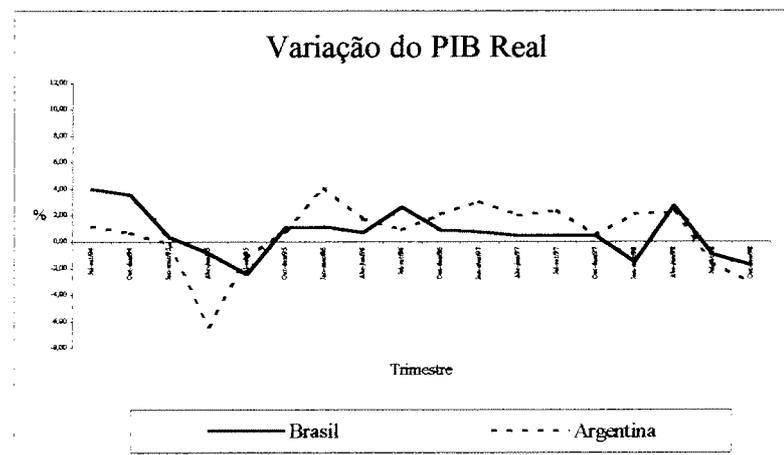
Fonte: MDICE/SECEX/Sistema ALICE.

² Tratado de Assunção, 26/03/1991.

doméstica de um país-membro, uma medida de salvaguarda pode ser adotada pelo MERCOSUL como um grupo, contra um país não pertencente ao grupo

A partir do quarto trimestre de 1994 a balança comercial bilateral sofreu novamente uma inversão. O saldo brasileiro voltou a ser negativo. Porém, em 1991, quando o saldo brasileiro também era negativo o total do fluxo comercial entre os dois países era um pouco maior do que US\$ 3 bilhões, e no ano de 1995 ele chegou quase a US\$ 10 bilhões.

A partir do início do Plano Real as variações nos PIBs reais argentino e brasileiro deixaram de apresentar qualquer padrão. Em alguns trimestres eles estiveram até em posições opostas. No semestre julho-setembro de 96, por exemplo o Brasil se encontrava no pico enquanto a Argentina estava no vale.



Fontes: CEPAL (Argentina) e IBGE (Brasil)

obs: PIBs com ajuste sazonal. Argentina-a preços de 86.

Desde a criação do MERCOSUL até o ano de 1997, o comércio entre Brasil e Argentina foi crescendo a cada ano. O total do intercâmbio comercial entre os dois países cresceu, aproximadamente, 54%, 34%, 22%, 27%, 20% e 24%, nos anos de

1992, 1993, 1994, 1995, 1996 e 1997, respectivamente, em relação aos anos anteriores.

Atingindo, em 1997, US\$ 14.775 milhões.

Balança Comercial Bilateral Brasil-Argentina

US\$ milhões FOB

Ano	Exportação	Importação	Saldo	Intercâmbio
1991	1.476	1.615	-139	3.091
1992	3.040	1.732	1.308	4.772
1993	3.659	2.717	942	6.376
1994	4.136	3.662	474	7.798
1995	4.041	5.888	-1.847	9.929
1996	5.170	6.784	-1.614	11.954
1997	6.767	8.111	-1.344	14.878
1998	6.747	8.028	-1.281	14.775

Fonte: MDICE/SECEX

Desde 1991 até 1997 a participação das exportações argentinas para o Brasil no total das exportações argentinas veio aumentando a cada ano. Em 1991, 12,43% das exportações argentinas eram destinadas ao Brasil. Em 1992, 13,66%. Em 1993, 1994, 1995, 1996 e 1997, foram destinadas 21,21%, 22,81%, 25,91%, 27,51% e 30,68%, aproximadamente, respectivamente. Ao mesmo tempo a participação das exportações

Exportação Brasileira

US\$ milhões FOB

Ano	Total	para Argentina	Participação
1991	31.620	1.476	4,67%
1992	35.793	3.040	8,49%
1993	38.597	3.659	9,48%
1994	43.545	4.136	9,50%
1995	46.506	4.041	8,69%
1996	47.747	5.170	10,83%
1997	52.990	6.767	12,77%

Fonte: MDICE/SECEX

brasileiras para a Argentina aumentou de 4,67% em 1991 para 12,77% em 1997, passando por 8,49%, 9,48% e 9,50%, em 1992, 1993 e 1994, respectivamente. Em 1995

ela caiu um pouco em relação ao ano anterior, mas a 8,69% ainda permaneceu significativamente superior a do ano de 1991. Em 1996 ela voltou a crescer, chegando a 10,83%.

Exportação Argentina

US\$ milhões FOB

Ano	Total	para o Brasil	Participação
1991	11.978	1.489	12,43%
1992	12.235	1.671	13,66%
1993	13.269	2.814	21,21%
1994	16.023	3.655	22,81%
1995	21.162	5.484	25,91%
1996	24.043	6.615	27,51%
1997	26.217	8.043	30,68%

Fonte: INDEC

Tal aumento progressivo nas participações tem importante significado. Um aumento das exportações pura e simplesmente pode refletir apenas que as exportações do país em questão aumentaram. Porém, analisando as mudanças na participação podemos afirmar que dois países aumentaram o comércio entre si mais do que aumentaram o comércio com o resto do mundo. Portanto fica claro que desde a criação do MERCOSUL o comércio entre Brasil e Argentina vem se intensificando.

Balança Comercial Argentina Total

US\$ milhões FOB

Ano	Exportação	Importação	Saldo
1990	12.353	4.077	8.276
1991	11.978	8.275	3.703
1992	12.235	14.872	-2.637
1993	13.269	15.632	-2.363
1994	16.023	20.162	-4.139
1995	21.162	18.804	2.358
1996	24.043	22.282	1.761
1997	26.217	28.489	-2.272

Fonte: INDEC

Balança Comercial Brasileira Total

US\$ milhões FOB

Ano	Exportação	Importação	Saldo
1990	31.414	20.661	10.753
1991	31.620	21.041	10.579
1992	35.793	20.554	15.239
1993	38.597	25.256	13.341
1994	43.545	33.079	10.466
1995	46.506	49.583	-3.077
1996	47.747	52.684	-4.937
1997	52.986	61.341	-8.355

Fonte: MDICE/SECEX

IV. CRISES

Nos anos de 1997 e 1998 os chamados países emergentes tiveram suas economias negativa e fortemente afetadas. A Crise Asiática (1997) e a Crise Russa (1998) fizeram com que a América Latina, e logicamente o Brasil e a Argentina, sofressem. Alguns países asiáticos apesar de não apresentarem sérios problemas estruturais foram contagiados devido à desconfiança. E esta desconfiança pouco diferenciava América Latina e Ásia.

Balança Comercial Bilateral Brasil-Argentina

US\$ FOB

Trimestre	Exportação	Importação	Saldo	Intercâmbio
1997.I	1.329.407.782	1.585.584.425	-256.176.643	2.914.992.207
1997.II	1.649.177.533	2.074.196.260	-425.018.727	3.723.373.793
1997.III	1.883.247.128	2.217.436.829	-334.189.701	4.100.683.957
1997.IV	1.905.444.754	2.155.173.061	-249.728.307	4.060.617.815
1998.I	1.565.726.538	1.843.999.169	-278.272.631	3.409.725.707
1998.II	1.847.755.809	2.110.225.149	-262.469.340	3.957.980.958
1998.III	1.849.484.623	2.203.268.525	-353.783.902	4.052.753.148
1998.IV	1.484.141.867	1.876.042.741	-391.900.874	3.360.184.608
1999.I	1.183.196.255	1.302.968.862	-119.772.607	2.486.165.117
1999.II	1.285.412.647	1.465.686.673	-180.274.026	2.751.099.320

Fonte: MDICE/SECEX/Sistema ALICE.

No ano de 1998, o total do intercâmbio comercial entre Brasil e Argentina sofreu uma pequena queda de 0,7% em relação ao ano de 1997. E o Brasil continuou tendo um saldo negativo.

Em 1999, o Brasil abandonou a âncora cambial, deixando o real flutuar livremente. A moeda brasileira sofreu, então, uma desvalorização. Mas mesmo após a desvalorização do real o saldo brasileiro continuou negativo. Isto porque apesar de queda das exportações brasileiras para a Argentina ter sido de 26% no primeiro semestre de 1999 em relação ao mesmo semestre do ano anterior, a queda das importações brasileiras da Argentina foi de 32%.

A Argentina continuou tendo o Brasil como principal parceiro comercial. No primeiro semestre de 1999, 23% das suas exportações e quase 22% das suas importações foram comercializadas com Brasil.

O total do fluxo comercial entre Brasil e Argentina diminuiu 28,92% no primeiro semestre de 1999 em relação ao primeiro semestre de 1998. A desvalorização da moeda brasileira, fato que desencadeou uma maior cobrança de coordenação macroeconômica, somada a recessão provocada pelas crises parece de fato ter prejudicado o comércio bilateral Brasil-Argentina. Porém, o trimestre julho-setembro de 96, onde as posições dos países em seus ciclos parecem opostas, apresentou um aumento do fluxo de 14% em relação ao trimestre anterior e de 43% em relação ao trimestre equivalente do ano anterior. Apesar de desencontros nos ciclos, o esforço para a integração, percebido de forma clara nas reduções tarifárias e gradativo processo de eliminação de exceções, parece ter conseguido aumentar o comércio bilateral.

V. CONCLUSÃO

Não é possível afirmar, com base nas variações dos PIBs reais e no comércio bilateral entre o Brasil e a Argentina, dos anos que seguiram a implantação do Plan de Convertibilidad e a assinatura de um tratado instituindo um Mercado Comum do Sul, que houve uma clara relação entre a coordenação dos ciclos e a evolução do comércio. Uma aparente falta de coordenação não correspondeu a um recuo, nem mesmo a uma estabilização do crescimento da proporção do comércio brasileiro destinado a Argentina ou do comércio argentino destinado ao Brasil.

Parece claro que em momentos que o Brasil e a Argentina viviam relativa normalidade político-econômica houve uma intensificação do comércio sem que houvesse maiores preocupações com coordenação de políticas macroeconômicas. Porém, em momentos de crise, quando costuma ser preciso adotar políticas mais radicais, a falta de coordenação macroeconômica tornou-se uma questão bastante discutida e por muitos defendida.

Outra questão, no entanto, que deve ser considerada é a relativa à credibilidade. Uma política econômica só consegue ter seu efeito igual ao esperado, na grande maioria das vezes, se ela é crível. Isto quer dizer, se a decisão consegue convencer o público de que será mantida e de que é certa, ou pelo menos a melhor possível. A coordenação de

políticas deve levar em conta o fato de que uma ação conjunta ou uma decisão baseada nos interesses comuns deve ser crível em ambos os países envolvidos.

Além da dificuldade de ser aceita pelos brasileiros, por exemplo, uma medida que vise suavizar os efeitos da desvalorização da moeda brasileira sobre a economia argentina ela deve ser aceita também pelos argentinos. Em geral os governos, principalmente os de países com pouco tempo de tradição democrática, como é o caso do Brasil e da Argentina, têm dificuldade de conquistar a confiança do seu povo e, mais ainda, dos estrangeiros.

Assim, somado ao fato dos brasileiros poderem não achar uma política prioritária, por não parecer dizer respeito aos interesses do Brasil, mesmo que somente à primeira vista, ainda é possível que os argentinos, mesmo que beneficiados por ela não acreditem de fato em seu sucesso.

A coordenação das políticas entre o Brasil e a Argentina é, portanto, um desafio. Desafio este que deve começar a ser enfrentado pelos governos Fernando Henrique Cardoso e Fernando de la Rúa.

VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEL, A. S.; BERNANKE, B. S. Business Cycles. **In: Macroeconomics.** [S.l. :

s.n.], 1995.

ABREU, Marcelo de Paiva; BEVILAQUA, Afonso S. **Macroeconomic coordination
And economic integration : lessons for a Western Hemisphere Free Trade
Area.** Rio de Janeiro : PUC/Departamento de Economia , nov. 1995. (Texto para
Discussão; n° 340).

BEVILAQUA, Afonso S. **Macroeconomic coordination and commercial integration
in Mercosur.** Rio de Janeiro : PUC/Departamento de Economia, out. 1997.
(Texto para discussão ; n° 378).

FRANCO, Gustavo H. B. **The Real Plan.** Rio de Janeiro : PUC/Departamento de
Economia, abr. 1996. (Texto para discussão ; n° 354).

FRANKEL, Jeffrey A.; ROSE, Andrew K. **The Endogeneity of the optimum
currency area criteria.** [S.l. : s.n], Sept. 1996. (Discussion paper; n° 1473).

GARRIDA, Marcelo; SANGUINETTI, Pablo. **Coordinación macroeconómica en el**

Mercosur : ventajas, desventajas y la práctica. [S.L.] : ProSur, Fundación Friedrich Ebert, 1996.

KRUGMAN, Paul R.; OBSFELD, Maurice. **International economics : theory and policy.** 4th. edition. [S.l. : s.n.], 1997.

_____. Currency and crises. **In:** Policy problems of a monetary union. 4th. edition. Massachussets : MIT, 1995.

LAIRD, Sam. **MERCOSUR : objectives and achievements.** Genève : World Trade Organization, Jun.1997. (Staff working paper ; TPRD-97-002).

MACHINEA, José Luis. Uma reflexão a meio caminho : dois anos de conversibilidade. **In:** O Plano Real e outras experiências internacionais de estabilização. Rio de Janeiro : IPEA; Brasília, D.F. : CEPAL, fev.1997.

Tratado de Assunção, 26/03/1991.